

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL VALE DO SÃO FRANCISCO - FEVASF
ESCOLA SUPERIOR EM MEIO AMBIENTE - ESMA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
MAISA MORAIS FREITAS

NOTA FISCAL ELETRÔNICA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NOS DIAS ATUAIS

IGUATAMA -MG

2024

MAISA MORAIS FREITAS

NOTA FISCAL ELETRÔNICA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NOS DIAS ATUAIS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Administração da Faculdade Iguatama/MG – FEVASF, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Administração.
Orientador: Prof. Me. Antônio Eustáquio Santos.

IGUATAMA -MG

2024

MAISA MORAIS FREITAS

NOTA FISCAL ELETRÔNICA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NOS DIAS ATUAIS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Administração da Faculdade Iguatama/MG – FEVASF, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Administração.
Orientador: Prof.

Prof. Me. Antônio Eustáquio Santos.

FEVASF

Orientador

Profa. Dra. Mariana de Oliveira Gonçalves Nogueira

FEVASF

Examinadora Interna

Prof. Dr. Cleiton Magela Luz

FEVASF

Examinador Externa

Iguatama, 11 de Dezembro de 2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho, iluminando minha mente e fortalecendo meu coração.

Agradecer a minha mãe, Leidiana Maria Morais, que me incentivou nos momentos difíceis e esteve ao meu lado ao longo dessa jornada.

Ao meu professor e orientador Antônio Eustáquio Santos, que através dos seus conhecimentos e ensinamentos me acompanhou pontualmente, dando todo o auxílio necessário para a criação e conclusão desse projeto.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

RESUMO

O presente estudo tem como principal foco abordar a temática da NF-e. O objetivo geral é demonstrar a evolução e os benefícios da NF-e nos dias atuais, demonstrar as etapas da implantação desse sistema e a sua importância para as empresas. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos: analisar os desafios enfrentados pelas empresas na adoção e integração do sistema NF-e; abordar as vantagens da NF-e; estudar os avanços tecnológicos recentes e as regulamentações governamentais mais atualizadas relacionadas a implantação da NF-e. Abordar o NF-e justifica-se porque a implementação da NF-e exige um ambiente tecnológico funcional muito flexível, sendo também muito benéfico para a economia das empresas devido principalmente ao fato de provocar agilidade nos processos de faturação e pagamento, a redução de erros no pagamento, processos de faturação e a sua consequente simplificação no cumprimento dos deveres fiscais, somados à redução dos riscos de fraude, simplificação da administração, melhora a imagem da empresa, economizando custos operacionais. O presente estudo consiste em pesquisa de caráter bibliográfico, com resultados tratados de maneira sistemática, a partir da coleta de dados em livros, artigos, sites oficiais, como *Scielo*, Google Acadêmico, SEFAZ, Receita Federal do Brasil, sites relacionados ao tema. Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e da análise das informações, foi possível concluir que a adoção deste projeto representa uma mudança cultural que deverá basear-se na ajuda de novos sistemas e conhecimentos, o que torna essencial a formação contínua de acordo com os avanços tecnológicos, uma vez que a fatura digital proporciona grandes oportunidades para melhorar a eficiência das empresas.

Palavras-chave: Nota fiscal eletrônica. Controle fiscal. Economia fiscal.

ABSTRACT

The main focus of this study is to address the issue of NF-e. The general objective is to demonstrate the evolution and benefits of NF-e today, demonstrating the stages of implementing this system and its importance for companies. To this end, the following specific objectives were defined: analyze the challenges faced by companies in adopting and integrating the NF-e system; address the advantages of NF-e; study recent technological advances and the most up-to-date government regulations related to the implementation of NF-e. Addressing the NF-e is justified because the implementation of the NF-e requires a very flexible functional technological environment, and is also very beneficial for the companies' economy due mainly to the fact that it causes agility in the invoicing and payment processes, the reduction of errors in payment invoicing processes and their consequent simplification in the fulfillment of tax duties, added to the reduction of fraud risks, simplification of administration, improving the company's image, saving operational costs. The present study consists of bibliographical research, with results treated in a systematic manner, based on data collection in books, articles, official websites, such as *Scielo*, Google Scholar, SEFAZ, Recita Federal do Brasil, websites related to the topic. With the collection of information throughout the research and analysis of the information, it was possible to conclude that the adoption of this project represents a cultural change that should be based on the help of new systems and knowledge, which makes ongoing training essential in accordance with technological advances, as digital invoicing provides great opportunities to improve companies' efficiency.

Keywords: Electronic invoice. Fiscal control. Tax savings.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Fluxograma da nota fiscal tradicional..... | 15 |
| Figura 2 – Fluxograma da nota fiscal eletrônica..... | 17 |
| Figura 3 – Projeto SPED..... | 19 |
| Figura 4 – Projeto NF-e..... | 22 |
| Figura 5 – Subsistemas SPED..... | 24 |
| Figura 6 – NF-e - Nota Fiscal Eletrônica..... | 28 |
| Figura 7 – NFS-e - Nota Fiscal de Serviço Eletrônico..... | 29 |
| Figura 8 – CT-e Conhecimento de Transporte Eletrônico | 30 |
| Figura 9 – CF-e - Cupom Fiscal Eletrônico | 31 |
| Figura 10 – Nota Fiscal de Remessa | 32 |
| Figura 11 – Nota Fiscal de Exportação..... | 33 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| AIDF | Autorização de Impressão de Documentos Fiscais |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| CT-e | Conhecimento de Transporte Eletrônico |
| CIAP | Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica |
| COFINS | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social |
| DANFE | Documento auxiliar da nota fiscal eletrônica |
| ECD | Escrituração Contábil Digital |
| EFD | Escrituração Fiscal Digital |
| ENAT | Encontro Nacional de Administradores Tributários |
| ENCAT | Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais |
| ERP | Planejamento de Recurso Empresarial |
| ESMA | Escola Superior em Meio Ambiente |
| FEVASF | Fundação Educacional Vale do São Francisco |
| GED | Gerenciamento Eletrônico de Documentos |
| ICMS | Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços |
| ICP | Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira |
| IPI | Imposto Sobre Produtos Industrializados |
| ISS | Imposto sobre serviços |
| MG | Minas Gerais |
| NF-e | Nota Fiscal Eletrônica |
| PIS | Programa de Integração Social |
| RFB | Receita Federal do Brasil |
| SEFAZ | Secretaria de Estado da Fazenda |
| SPED | Sistema Público de Estruturação Digital |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 Justificativa..... | 11 |
| 1.2 Objetivos..... | 12 |
| 1.2.1 Objetivos Geral..... | 12 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos..... | 13 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 14 |
| 2.1 História da Nota Fiscal..... | 14 |
| 2.2 Nota Fiscal Eletrônica..... | 15 |
| 2.3 Escrituração Fiscal Digital nas Empresas..... | 17 |
| 2.4 Benefícios da NF-e..... | 20 |
| 2.5 O Sistema Público de Escrituração Digital..... | 23 |
| 3 TIPO DE NOTAS FISCAIS..... | 27 |
| 4 METODOLOGIA..... | 34 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 35 |
| REFERÊNCIAS..... | 36 |

1 INTRODUÇÃO

Segundo Barbariole (2010) a gestão de negócios no Brasil enfrenta um cenário marcado por constantes alterações fiscais e tributárias, que exercem um impacto direto na dinâmica produtiva do país. Entre as mudanças em curso, destaca-se o projeto Sistema Público de Estruturação Digital (SPED). Desenvolvido pelo Governo Federal, o SPED é uma plataforma que visa receber informações fiscais e contábeis das empresas, representando uma verdadeira revolução no envio das obrigações.

O SPED é composto por três grandes projetos distintos – Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e o projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e tem como objetivo diminuir os gastos, aumentar a confiabilidade dos dados e agilizar todo o processo contábil e fiscal das empresas. Ao criar um ambiente que possibilita à Secretaria da Fazenda e à Receita Federal o acesso a informações contábeis e fiscais, o SPED tornou-se uma ferramenta fundamental na identificação de fraudes e sonegações, abrangendo toda a cadeia produtiva. Isso resultou na definição de novos processos de controle de gestão, promovendo a integração entre os sistemas das empresas e do fisco (BOMFIM, 2012).

Um dos marcos importantes do SPED foi a implementação da NF-e, um documento exclusivamente digital que substituiu as tradicionais notas fiscais em papel modelo 1 e 1-A, que eram emitidas manualmente pelas empresas e utilizada, em regra, para documentos transações comerciais com mercadorias entre pessoa jurídicas contribuintes do ICMS e do IPI.

No entanto, a adoção da nota fiscal eletrônica apresenta desafios significativos para as empresas brasileiras, especialmente no que diz respeito à adaptação aos novos procedimentos e tecnologias. Um dos principais desafios enfrentados pelas empresas durante a implementação da NF-e está relacionado à adequação dos sistemas internos de gestão empresarial e o Planejamento de Recurso Empresarial (ERP) para suportar a geração e transmissão dos arquivos eletrônicos conforme os padrões estabelecidos pelo Fisco. Essa integração pode demandar investimentos consideráveis em infraestrutura e capacitação de pessoal.

Além disso, a mudança de cultura organizacional também se apresenta como um desafio relevante. A transição do uso de documentos físicos para eletrônicos requer uma mudança de mentalidade e processos dentro das empresas, incluindo a capacitação dos colaboradores para lidar com as novas tecnologias e procedimentos.

Nesse sentido, o profissional contábil se faz cada vez mais necessário, pois deve estar preparado e requer conhecimentos em outras áreas, como informática e inglês, para conseguir acompanhar os rápidos processos de inovação tecnológica, que estão modificando os processos contábeis. Atualmente, esse conhecimento é essencial para garantir um bom desempenho profissional e assim atendendo às solicitações dos clientes, o profissional contábil deve estar mais comprometido com os resultados dos mesmos. Com isso é necessário promover uma conscientização sobre a importância e os benefícios da nota fiscal eletrônica, bem como garantir a segurança e confiabilidade das informações transmitidas.

Por fim, é importante ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados, a implementação da nota fiscal eletrônica traz consigo uma série de benefícios para as empresas, como a redução de custos operacionais, a maior segurança, redução do "Custo Brasil", a competitividade entre as empresas, o aprimoramento do combate à sonegação, melhoria da qualidade da informação RFB, transparência nas transações comerciais, e a simplificação dos processos de controle fiscal. Ao superar os desafios iniciais e aproveitar as oportunidades oferecidas pela NF-e, as empresas brasileiras podem se posicionar de forma mais competitiva no mercado nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país (SOUZA, 2023).

1.1 Justificativa

A introdução da NF-e no contexto brasileiro, em conjunto com o SPED, representa uma resposta imperativa para a modernização e aprimoramento do sistema tributário e empresarial do país. Este movimento em direção à digitalização tem como objetivo principal simplificar e tornar mais eficientes os processos contábeis e fiscais, visando uma maior transparência e eficácia nas

operações comerciais. No entanto, é inegável que essa transição apresenta uma série de desafios a serem enfrentados pelas empresas nacionais.

Um dos principais obstáculos durante a implementação da NF-e reside na necessidade de adaptação dos sistemas internos de gestão empresarial para cumprir os requisitos de geração e transmissão dos arquivos eletrônicos, conforme exigido pelas regulamentações fiscais do Estado. Essa integração frequentemente requer investimentos consideráveis em infraestrutura e capacitação de recursos humanos, o que representa uma barreira significativa, especialmente para empresas de menor porte ou com recursos financeiros limitados.

Com o avanço das inovações tecnológicas, o Estado também tem se modernizado em relação aos procedimentos fiscais e contábeis que fazem parte do dia a dia de qualquer empresa. A emissão de notas fiscais é um dos processos mais relevantes e, ao mesmo tempo, um dos que mais gera complicações nas organizações atuais. Isso se deve ao fato de que a NF-e, na maioria das vezes, transita de um local para outro, sendo manipulada por diversas pessoas, o que eleva o risco de extravio.

O trabalho justifica-se, portanto, pela necessidade das empresas e do governo criarem formas mais eficiente e práticas de reduzir custos, melhorando a coleta de dados e, através deste estudo, demonstrar como esse processo está sendo feito.

1.2 Objetivos

Nesta seção são apresentados o objetivo geral e os objetivos específico proposto para este trabalho.

1.2.1 Objetivos Geral

O objetivo do projeto é demonstrar a evolução e os benefício da NF-e nos dias atuais, demonstrar as etapas da implantação desse sistema e a sua importância para as empresas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar os desafios enfrentados pelas empresas na adoção e integração do sistema NF-e;
- b) Abordar as vantagens da NF-e;
- c) Estudar os avanços tecnológicos recentes e as regulamentações governamentais mais atualizadas relacionadas a implantação da NF-e;
- d) Nota Fiscal: o que é e quais são os principais tipos.

Assim, a partir dos objetivos proposto torna-se possível destacar a importância da implementação de um sistema que permita operar com NF-e, o qual surge da inegável necessidade de conferir validade jurídica à cópia eletrônica de documentos fiscais de compra e venda como faturas, notas de crédito, notas de débito, guias de expedição, uma vez que isso otimiza o funcionamento de empresas e a atuação dos órgãos de fiscalização governamentais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 História da Nota Fiscal

A partir de 1970 surgiu a primeira forma de emissão de nota fiscal no Brasil, no modelo fiscal denominado ao Telão de Nota Fiscal, com intuito de combater a sonegação de impostos, iniciando manualmente os documentos fiscais, eram emitidos em blocos e as organizações buscavam pessoas com boa caligrafia para emissão das notas de maneira objetiva. No entanto, com o decorrer do tempo, suas informações e formato sofreram alterações por conta do avanço da tecnologia (ADRINER, 2020)

Para Mello (2014), a nota fiscal era emitida para demonstrar os registros comerciais entre empresas em documentos contínuos em várias vias, sendo utilizada uma qualidade de papel onde se colocava por baixo uma folha de papel carbono, onde a 2° via em papel era armazenada pela empresa que emitia a nota fiscal e a 1° via seguia o transporte da mercadoria e ser guardada pelo receptor da mercadoria em caso do envio de mercadoria ou vendas realizadas na hora.

O Projeto NF-e foi desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias da Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do protocolo ENAT 03/2005, de 27/08/2005, que atribuiu ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto NF-e (PROTOCOLO ENAT, 2005).

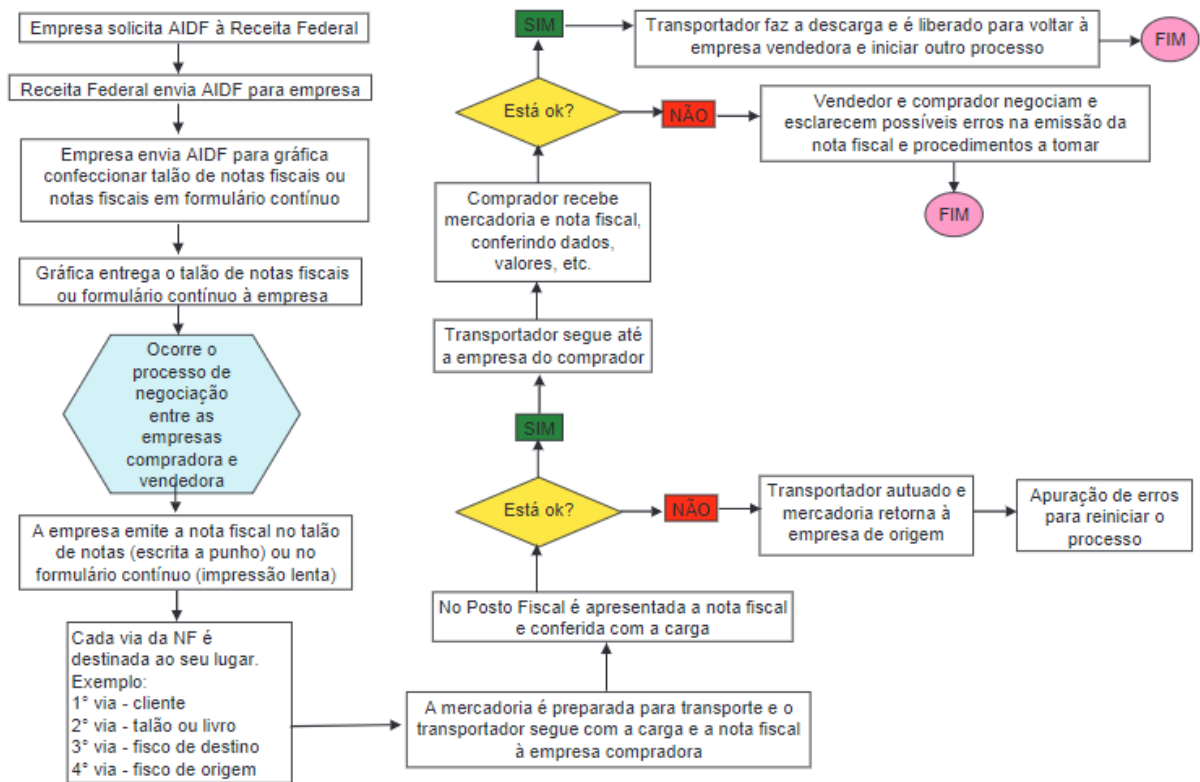
Segundo Oliveira (2019), o surgimento da Nota Fiscal Eletrônica trouxe um maior resultado na autuação e atuação do fisco decorrente do cruzamento de arquivos eletrônicos. Por sua vez o mercado de negócios reagiu com o desenvolvimento de inúmeros tipos de ferramentas eletrônicas, que executam e facilita auditorias fiscais através dos próprios arquivos digitais da empresa, afirma o autor.

O surgimento da nota fiscal eletrônica não foi realizado apenas para arrecadação de impostos, mas também para organização e boa administração de estoque de mercadorias de uma empresa e maior segurança do cliente ao adquirir tal produto fornecido pela empresa, sendo benéfico para todas as partes envolvidas.

Conforme a figura 1, a imagem abaixo está representando o fluxograma da nota fiscal tradicional e todo o seu processo de emissão.

Figura 1 – Fluxograma da nota fiscal tradicional

APÊNDICE A - FLUXOGRAMA DA NOTA FISCAL TRADICIONAL



Fonte: BONFIM, (2012)

2.2 Nota Fiscal Eletrônica

O Projeto NF-e é um projeto que tem intuito de facilitar a arrecadação fiscal, através da alteração da sistemática na emissão das notas fiscais, substituindo as notas usadas até então, do tipo impresso, por notas fiscais eletrônicas, o projeto coordenado pelo ENCAT, desenvolvido com parceria da Receita Federal (CONBREPRO, 2012).

A NF-e foi o primeiro subprojeto do SPED ponto em prática. Criado em 2005, antes mesmo da criação do próprio sistema, é um documento eletrônico que substitui a nota fiscal em papel e contém dados do contribuinte remetente, do destinatário e da transação realizada (BRANCO, 2008).

O Projeto da NF-e é desenvolvido de forma integrada, pelas Secretarias da Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, que define a NF-e como:

“um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadoria ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do remetente (garantia de autoria e de integridade) e pela recepção, pelo Fisco do documento eletrônico, antes da ocorrência do fato gerador”. (ADRINER, 2020, p. 19).

Segundo Padoveze (2018) o documento legal base para a tributação sobre mercadorias é a nota fiscal. A NF-e evidencia os dados da mercadoria vendida e os impostos de IPI, ICMS e ISS se houver. Em diversas operações o ICMS também é cobrado sobre IPI. As contribuições para PIS e COFINS não são explicita na nota fiscal, e o seu valor é deduzido aplicando-se sobre o valor da mercadoria (que por sua vez, já contém ICMS).

A NF-e é muito importante na coordenação dos serviços contábeis, controle de entrada e saída de produtos e oferecendo também segurança ao cliente, principalmente para as empresas de pequeno porte que buscam grandes meios de prospectar cliente e maior destaque no mercado.

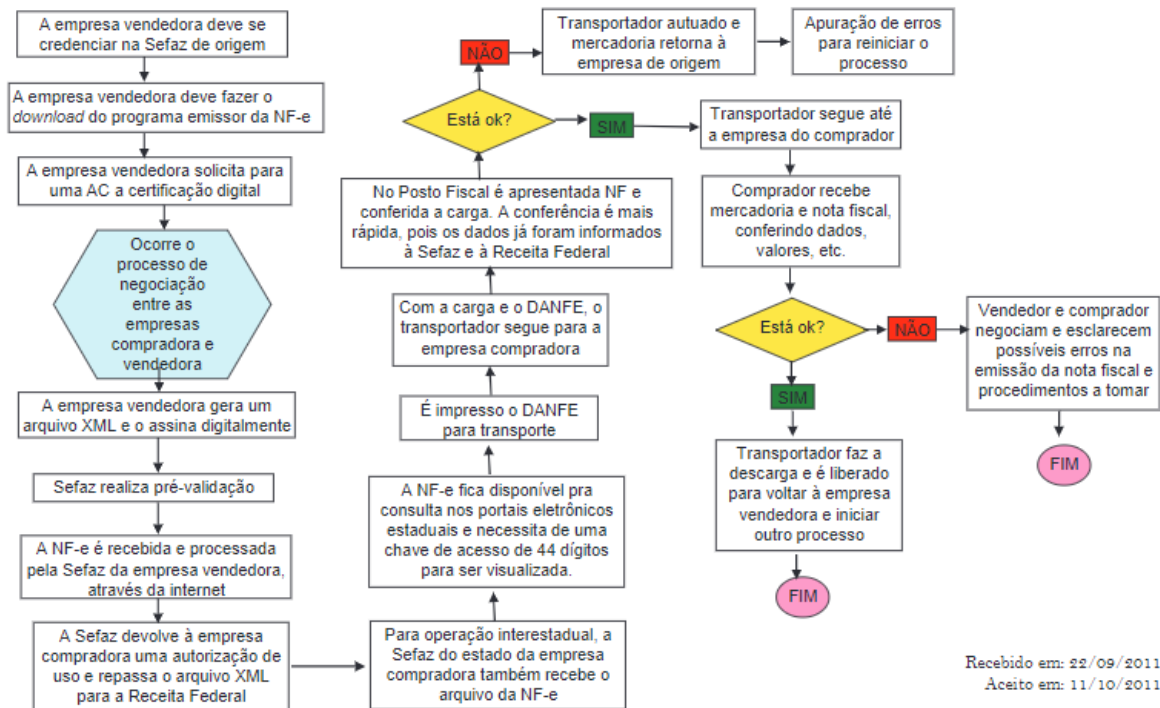
O processo de emissão da NF-e, após sua implantação, consiste nas seguintes etapas (BARBARIOLE 2010):

1. Geração de arquivo XML com as informações da nota fiscal que são solicitadas pela Receita Federal;
2. Assinatura digital do arquivo em formato XML no padrão ICP- Brasil com criptografia do mesmo, o que garante a integridade do emissor;
3. Envio via internet do arquivo via webservices para a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) do contribuinte;
4. SEFAZ retorna recibo de pré-validação da NF-e. Este aviso de Autorização de Uso permite o trânsito das mercadorias.

A figura 2 abaixo está representando o fluxograma da nota fiscal eletrônica e todo o seu processo para a emissão da nota.

Figura 2 – Fluxograma da nota fiscal eletrônica

APÊNDICE B - FLUXOGRAMA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA



Fonte: BONFIM, (2012)

2.3 Escrituração Fiscal Digital nas Empresas

Conforme Maciel (2009) a Escrituração Fiscal Digital (EFD) é outra parte integrante do SPED, e foi instituída pelo Convênio ICMS 143, de 15 de dezembro de 2006. A EFD é obrigatória para os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e IPI,

A EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente Sped.

Young (2009) salienta que a EFD é válida para efeitos fiscais e deve ser feita a confirmação de recebimento do arquivo que a contenha. Diante disso, não basta que seja realizada a escrituração, é também necessário o envio e a confirmação do seu recebimento para a EFD se tornem válida.

Conforme a Receita Federal do Brasil (2012) a EFD “é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretária da Receita Federal do Brasil”.

Segundo Marriel et al. (2008, p. 8) sobre os objetivos do EFD diz que:

A Receita Federal do Brasil (2008d) discorre que o objetivo da EFD é integrar os fiscos federal, estaduais, Distrito Federal e posteriormente, municípios e órgãos de controle mediante padronização e compartilhamento das informações fiscais digitais, bem como integrar todo o processo relativo à escrituração fiscal, substituindo a documentação em papel por documento eletrônico com validação jurídica para todos os fins.

O contribuinte obrigado à EFD, a critério da unidade federada poderá segundo Young (2009) ser dispensado das obrigações de entrega dos arquivos estabelecidos pelo Convênio ICMS 57/95, mais conhecido como Sintegra.

Conforme a SEFAZ MG (2012) a “Escrituração Fiscal Digital compõe-se da totalidade das informações necessárias à apuração do ICMS e do IPI, bem como de outras informações de interesse do Fisco, em arquivo digital”, será utilizada para substituir os seguintes documentos e Livros fiscais:

- Registro de Entradas;
- Registro de Saídas;
- Registro de Apuração de ICMS;
- Registro de Inventário;
- Registro de Apuração do IPI;
- Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP).

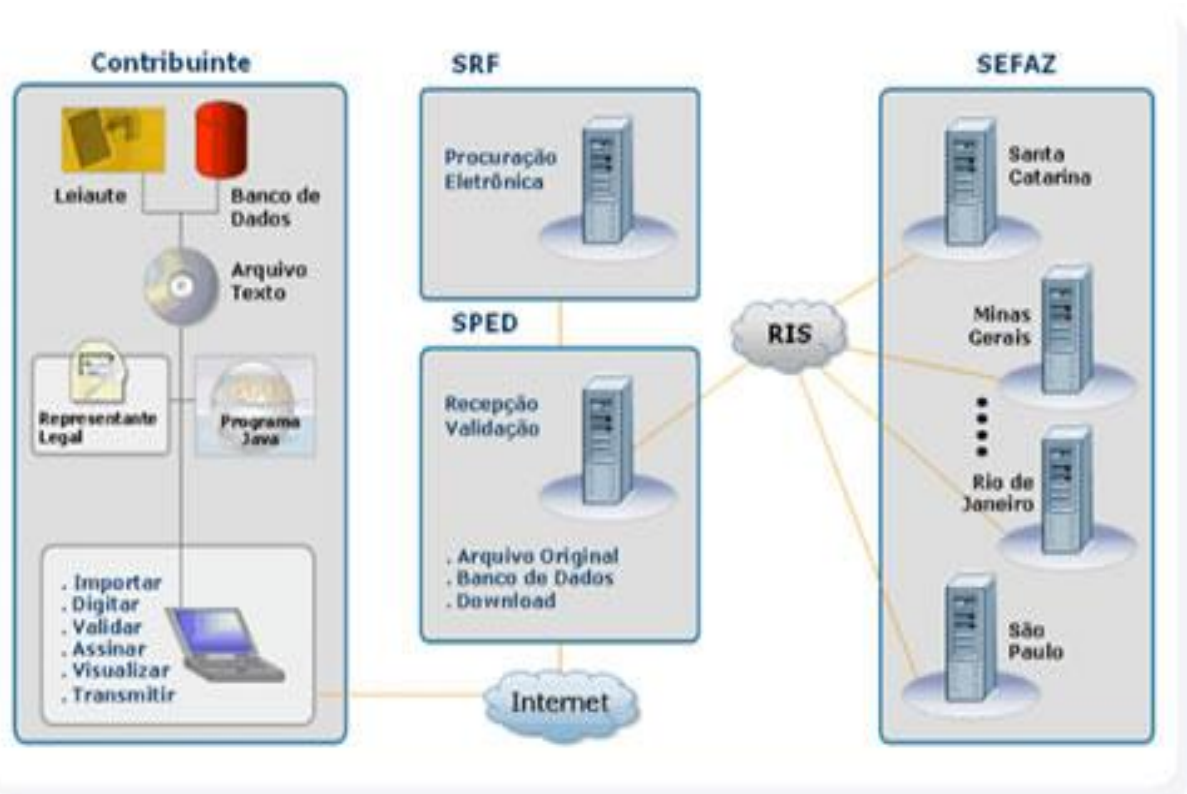
Para atender suas premissas a Receita Federal do Brasil (2012) cita:

- Propiciar melhor ambiente de negócios para as empresas no País;
- Eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas;
- O documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins;
- Utilizar a Certificação Digital padrão ICP Brasil;
- Promover o compartilhamento de informações;
- Criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica;

- Manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte;
- Redução de custos para o contribuinte;
- Mínima interferência no ambiente do contribuinte;
- Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte.

O projeto SPED está apresentado conforme a Figura 3 citado por Ilarino e Souza (2010):

Figura 3 – Projeto SPED



Fonte: ILARINO; SOUZA (2010)

Conforme Wessling (2011) as informações requeridas pela Receita Federal, mediante o SPED, é um volume maior que as entidades estão habituadas, obrigando as organizações a terem um software de qualidade e bons profissionais que entendam do assunto, inclusive melhorias no processo gerencial da empresa. A mudança ultrapassa o limite da tecnologia, chegando diretamente à cadeia produtiva das entidades. Além disso o SPED permite que informações financeiras sejam interrelacionadas entre alguns Estados da Federação como mostra a Figura 3.

2.4 Benefícios da NF-e

De acordo com Sasso, Rosa e Barbosa (2011) a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e consiste em um documento especificamente digital no qual são feitas documentações sobre operações que envolvem circulação de mercadorias ou prestações de serviços e, tem como finalidade facilitar a fiscalização dessas operações.

Conforme Esteves (2009) *apud* Ilarino e Souza (2010, p.14):

A Nota Fiscal Eletrônica foi definida como o documento emitido e armazenado eletronicamente com o intuito de registrar operações de circulação de mercadorias ou de prestação de serviços, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emissor e pela recepção do documento eletrônico através da Fazenda antes da circulação ou saída da mercadoria.

Para Duarte (2008, pag.74) a NF-e “é um documento eletrônico que contém dados do contribuinte remetente, do destinatário e da operação a ser realizada”.

A NF-e, segundo Maciel (2009) teve sua implantação iniciada a partir da Assinatura do Protocolo ENAT 03/2005, de 25 de agosto de 2005, onde foi atribuída ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a responsabilidade de coordenar e promover o desenvolvimento e implantação da NF-e. Sendo mais tarde instituída pela aprovação do Ajuste SINIEF 07/05.

De acordo com o Portal da Nota Fiscal Eletrônica (2012) a “implantação da NF-e constitui grande avanço para facilitar a vida do contribuinte e as atividades de fiscalização sobre operações e prestações tributadas pelo ICMS e pelo IPI.

Dentro deste contexto, Oliveira (2007) ressalta que a Nota Fiscal Eletrônica quando for referente a comercialização interestadual, a fiscalização poderá ser feita em tempo real tanto pelo estado de origem da mercadoria quanto pelo estado de destino, sendo que ambos cumprirão suas obrigações tributárias de acordo com a legislação de cada estado:

De maneira simplificada, a empresa emissora de NF-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este arquivo eletrônico, que corresponderá à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), será então transmitido, pela Internet, para a Secretaria de Fazenda Estadual de jurisdição do contribuinte emitente, que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá uma Autorização de Uso, sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

De acordo com Wessling (2010) existem vários benefícios aos usuários da NF-e tais como: a redução de custos de impressão e papel, economia de custos com armazenagem de documentos já que esta é armazenada em mídias que ocupam pouco espaço e comportam grande quantidade de dados. Há ainda a facilidade de se realizar o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), o que torna mais simples as obrigações acessórias, dispensando a Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF, reduzindo o tempo de entrega das mercadorias por não se ter a necessidade de realizar paradas em Postos Fiscais para que sejam feitas a fiscalização das mercadorias em trânsito.

Com as mudanças da Nota fiscal eletrônica existem alguns benefícios esperados conforme o Portal da Nota Fiscal Eletrônica (2012):

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da RFB e (Sistema Público de Digital SPED).

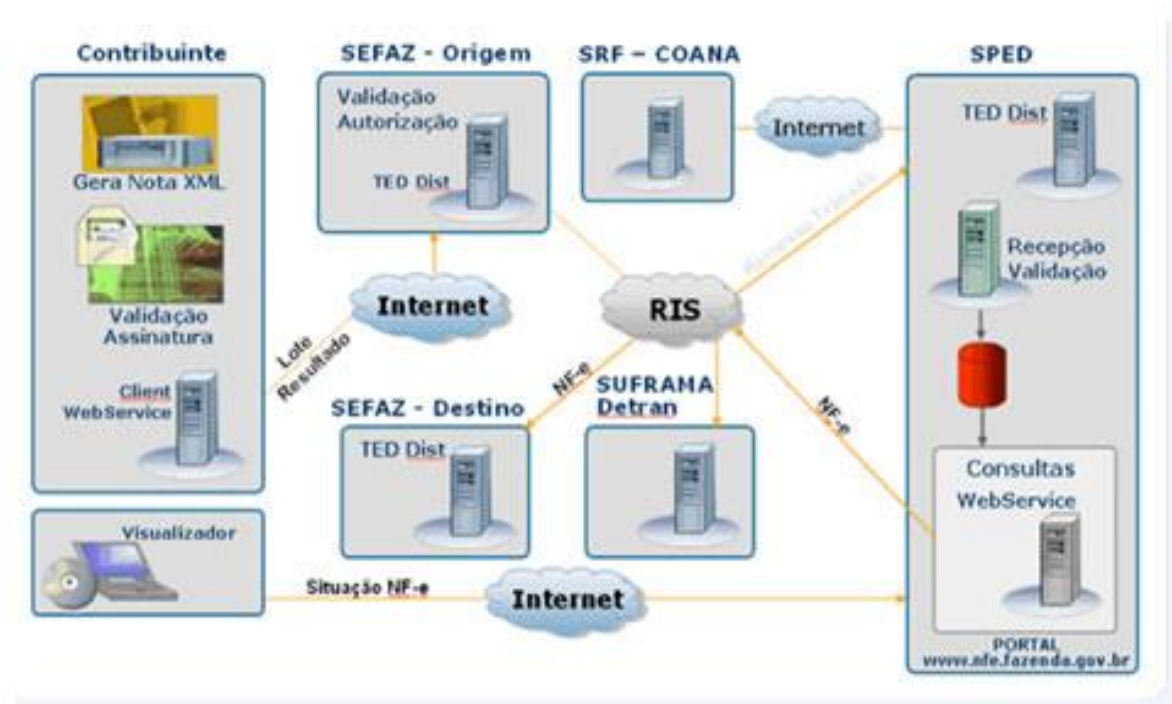
Wessling (2010) lembra também que há benefícios para quem adquire mercadorias ou serviços utilizando NF-e, pois estes não terão gastos com mão de obra, evita-se os erros de digitação nas notas antes impressas, permite que a empresa efetue um planejamento logístico para o recebimento das mercadorias já que o destinatário tem conhecimento do tamanho da carga além de reduzir os erros de escrituração devido à eliminação de erros de digitação de notas fiscais e influenciar a GED.

Duarte (2009) *apud* Wessling (2010, p. 35) *apud* que com a implantação da NF-e, há alguns processos empresariais que necessitam ser analisados, segue:

- a) Irregularidade fiscal do emitente e destinatário: a autorização da emissão da NF-e não poderá ser concedida pela SEFAZ, caso o emitente ou destinatário tenha alguma irregularidade fiscal;
- b) Logística: antes que os procedimentos de carga de veículos sejam realizados, é necessário averiguar se a nota fiscal foi autorizada, para evitar

- transtornos como: circulação de mercadorias com NF-e não autorizadas ou o descarregamento das mercadorias do veículo;
- c) Campos nos sistemas de gestão: a exigência de dados e campos na NF-e é muito maior do que a nota fiscal modelo 1 ou 1A, sendo assim, os sistemas de faturamento deverão ser adaptados;
- d) Cadastros clientes e fornecedores: os cadastros, como Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Inscrição Estadual, endereços, deverão estar completos para evitar problemas na validação da NF-e ou no cruzamento de dados;
- e) Treinamento de faturistas/vendedores: com a implantação da NF-e, as responsabilidades dos faturistas aumentam, pois, um campo digitado erroneamente pode gerar sérias consequências. Por isso, não adianta os cadastros estarem sanados, uma boa tecnologia de emissão de NF-e, se as pessoas envolvidas no processo não forem capacitadas;
- f) Tecnologia para utilização da NF-e: as entidades que emitem NF-e devem ter um sistema de faturamento adequado.

Figura 4 – Projeto NF-e



Fonte: ILARINO; SOUZA (2010)

De acordo com Ilarino e Souza (2010), a obrigatoriedade das empresas em emitir a NF-e está definido nos protocolos ICMS nº. 10/2007 e ICMS nº. 42/2009.

Como é possível observar na Figura 4, a NF-e é um documento exclusivamente eletrônico que contém dados do contribuinte emissor, do destinatário e da operação a ser realizada, assinado com certificado digital, garantindo assim a validade jurídica do documento, que veio substituir a sistemática de emissão de nota fiscal em papel, modelo 1 ou 1A, pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

ou do ICMS, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e acompanhamento em tempo real das operações comerciais.

Segundo Wessling (2010, p. 32):

Toda NF-e deve ser transmitida à SEFAZ de origem ou à Receita Federal, é considerada válida a partir do momento que receber retorno da Secretaria como “Autorizada”. Conforme a Cláusula Sexta do Ajuste Sinief 07/2005, para o remetente obter previamente a concessão da Autorização de uso da NF-e, precisará atender, pelo menos, os seguintes elementos: estar com situação fiscal regular, credenciado para emitir NF-e em seu estado de origem, deve conter autoria e integridade na assinatura e no arquivo digital, o *layout* do arquivo deve estar de acordo com estabelecido em ATO COTEPE e toda a NF-e deve conter a numeração.

2.5 O Sistema Público de Escrituração Digital

Devido às novas mudanças e a grande movimentação de operações no cenário empresarial, o fisco criou o SPED para fiscalizar de forma mais rápida e eficiente, fazendo com que as empresas se adequem ao padrão exigido pela Receita Federal do Brasil.

A Receita Federal do Brasil (2008) *apud* Duarte (2008) ao citar o disposto pela Receita Federal do Brasil (2008) sobre o projeto SPED destaca que:

[...] consiste na alteração da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias. Os livros e documentos contábeis e fiscais em papel serão substituídos por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica. O SPED no âmbito da Receita Federal faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infraestrutura logística adequados (DUARTE, 2008).

Para Young (2009, p.15) o Sistema Público de Escrituração Digital é um programa que gera a informações para o fisco de forma eletrônica, para atender as obrigações acessórias.

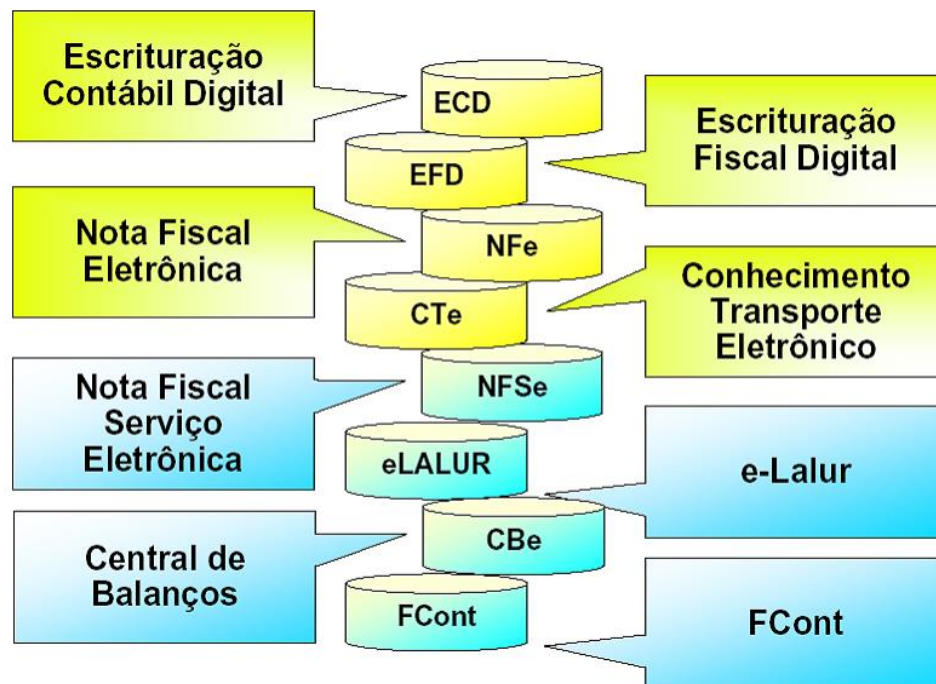
Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (2012) o SPED é “uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato específico e personalizado”.

De acordo com o que está disposto no Decreto nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007:

Art.1º Fica instituído o sistema público de escrituração digital - SPED.
 Art.2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único computadorizado de informações.
 § 1º os livros e documentos de que trata o caput serão emitidos de forma eletrônica, observando o disposto na Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001.
 § 2º o disposto no caput não dispensa o empresário e a sociedade empresária de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável.

A figura 5, ilustra os subsistemas citados por Ilarino e Souza (2010) que fazem parte do SPED.

Figura 5 – Subsistemas SPED



Fonte: MOTA; CIRINO (2011, p. 5)

Conforme Ilarino e Souza (2010, p. 7) o Sistema Público de Escrituração Digital representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais: Federal, Estadual e Municipal. O SPED é um super programa dividido em projetos como: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital, NF-e Ambiente Nacional, (NFS-e) Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Central de Balanços, E-Lalur, E,-Pis-Cofins e F-cont. Cada projeto possui uma estrutura própria e adequada para atender o leiaute de cada

programa, sendo que alguns já foram implantados e outros estão em fase de implantação.

Para a Receita Federal do Brasil (2012) o SPED tem como objetivos:

- Promover a integração dos fiscos: mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais;
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores;
- Tomar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria de controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Para a Receita Federal do Brasil (2012) atender suas premissas é necessário:

- Propiciar melhor ambiente de negócios para empresas do país;
- Eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas;
- O documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins;
- Utilizar a Certificação Digital do padrão do ICP-Brasil;
- Promover o compartilhamento de informações;
- Criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica;
- Manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte;
- Redução de custos para o contribuinte;
- Mínima interferência no ambiente do contribuinte;
- Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte.

Conforme Young (2009, p.18) os principais benefícios do SPED são:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento do documento em papel;
- Eliminação do papel;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilidade nos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;

- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coletas dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidades de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do “Custo Brasil”;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Azevedo e Mariano (2009) descrevem que o projeto SPED tem o intuito de integrar as obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes de forma eletrônica por um arquivo digital, com a assinatura do certificado digital garantindo a validade jurídica do documento.

3 TIPO DE NOTAS FISCAIS

Neste capítulo a seguir veremos os tipos de notas fiscal eletrônica mais utilizada nos dias atuais.

Com a evolução da tecnologia as notas fiscais tiveram mudanças e melhorias no seu preenchimento e compartilhamento, visando ajudar as empresas e o Governo, o preenchimento dos documentos demonstra legalidade á empresa por envio de forma correta, os tais impostos ao Governo, a empresa que está corretamente com seus impostos transmite maior confiança seus clientes, pois o documento assegura os direitos dos consumidores, comprovando a compra de produtos ou serviço.


Outro resultado positivo é a melhoria dos processos burocráticos e operacionais, que reflete o aumento da competitividade econômica do Brasil. Dessa forma, o projeto NF-e é um exemplo de administração fiscal que deve ser seguido pelos dirigentes públicos em busca dos interesses dos contribuintes.

A) NF-e (Nota Fiscal Eletrônica de Produtos ou Mercadorias)

Este documento vem substituir o modelo convencional. Trata-se da versão digital, gerada e arquivada eletronicamente. Seu propósito é registrar a venda de bens físicos, com a incidência do ICMS e do IPI, devendo ser emitido junto às Secretárias Estaduais da Fazenda. Esse tipo de nota fiscal é utilizado sempre que há circulação de mercadorias, sendo, em sua maioria, empregado entre pessoas jurídicas. Ao emitir a NF-e para o comprador, que valida a transação, a empresa deve também enviar um DANFE juntamente com o produto.

Figura 6 – Nota Fiscal Eletrônica

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| RECEBEMOS DE TECNOSPEED & TECNOLOGIA OS PRODUTOS-SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO | | VALOR NOTA R\$ 0,01 | NF-e Nº: 005.548.164 SÉRIE : 500 | |
| DATA DE RECEBIMENTO / / | IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR | DESTINATÁRIO NF-E EMITIDA EM AMBIENTE DE HOMOLOGACAO - SEM VALOR FISCAL | | |

| | | | |
|---|---|--|--|
| TECNOSPEED & TECNOLOGIA  RUA DO POVO, 711 parque petrebrás MARINGÁ PR TEL/FAX: 443222222 CEP: 79415000 | DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 - Saída <input type="checkbox"/> 1 |  CHAVE DE ACESSO 4119 0808 1871 6800 0160 5550 0005 5481 6410 0555 4341 | |
| | Nº 005.548.164 SÉRIE : 500 FOLHA: 1 de 1 | Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Defez Autorizadora | |
| | NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE MERCADORIA ADQ. DE TERCEIRO - PF E PJ NAO CON | | |

| | | | |
|----------------------------------|--|------------------------------------|----------------------------|
| INSCRIÇÃO ESTADUAL 9044016688 | | INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTARIA | CNPJ 08.187.168/0001-60 |
|----------------------------------|--|------------------------------------|----------------------------|

SEM VALOR FISCAL

| | | | |
|---|--|----------------------------------|-------------------------------------|
| DESTINATÁRIO/REMETENTE | | CNPJ/CPF | DATA DA EMISSÃO |
| NOME RAZÃO SOCIAL NF-E EMITIDA EM AMBIENTE DE HOMOLOGACAO - SEM VALOR FISCAL | | 08.187.168/0001-60 | 09/07/2019 |
| ENDEREÇO RUA DO CENTRO, 897 | | BAIRRO/DISTRITO CENTRAL | CEP 87500-000 |
| MUNICÍPIO MARINGÁ | | UF PR | DATA DE SAÍDA/ENTRADA 09/07/2019 |
| FONE/FAX 44555-5555 | | INSCRIÇÃO ESTADUAL 9044016688 | HORA DE SAÍDA 15:21:41 |

| | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------------|---------------------------------|------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| FATURA | | | | | | |
| CÁLCULO DO IMPOSTO | | | | | | |
| BASE DE CÁLCULO DE ICMS 0,01 | VALOR DO ICMS 0,01 | BASE DE CÁLCULO ICMS ST 0,00 | VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00 | VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 0,01 | | |
| VALOR DO FRETE 0,00 | VALOR DO SEGURO 0,00 | DESCONTO 0,00 | OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00 | VALOR DO IPI 0,00 | VALOR APROX. DOS TRIBUTOS 0,00 | VALOR TOTAL DA NOTA 0,01 |

| | | | | | | |
|-------------------------------------|---------|-----------------------------|-------------|---------------|--------------|--------------------|
| TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS | | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL | | FRETE POR CONTA 0 - Rem. | CÓDIGO ANTT | PLACA DO VEÍC | UF | CNPJ/CPF |
| ENDEREÇO | | | MUNICÍPIO | | UF | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| QUANTIDADE | ESPÉCIE | MARCA | NUMERAÇÃO | PESO BRUTO | PESO LÍQUIDO | |


| DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|------------------------------|----------|------|------|-------|--------|----------------|-------------|--------------|------------|-----------|----------------|------|---------------------------|
| CD. PROD. | DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO | NCM SH | CST | CFOP | UNID. | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | B.CALC. ICMS | VALOR ICMS | VALOR IPI | ALÍQUOTAS ICMS | IP | VALOR APROX. DOS TRIBUTOS |
| 0999 | MELAO | 11081200 | 0 00 | 6102 | CX | 1 | 0,0100 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 12,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | | CX | 1 | 0,0100 | | | | | | | |

Fonte: REDAÇÃO TECNOSPEED, 2023

B) NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica)

A NFS-e um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços de uma instituição para outra ou para pessoa física. Para realizar a sua geração, os dados que o compõem serão inseridos analisados, processados e, se corretos, gerarão o documento. O contribuinte é responsável por cumprir a obrigação auxiliar de emissão da NFS-e e fornecer os dados corretos à secretaria para sua geração.

Figura 7 - Nota Fiscal Eletrônica de Serviços



| | | | | |
|--|--|---|-----------------------------------|-------------------------------------|
|  <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e</p> | | <p>Número da Nota 00000048</p> <p>Data e Hora de Emissão 23/04/2010 00:00:00</p> <p>Código de Verificação 15a439b0</p> | | |
| <p>PRESTADOR DE SERVIÇOS</p> <p>Nome/Razão Social: SANKHYA TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA CPF/CNPJ: 26.314.062/0001-61 Inscrição Municipal: 060.410-00 Endereço: RUA NICOMEDES ALVES DOS SANTOS, Nº000745 - BAIRRO VIGILATO PEREIRA - CEP:38400-170 Município: UBERLÂNDIA UF: MG</p> | | | | |
| <p>TOHADOR DE SERVIÇOS</p> <p>Nome/Razão Social: WILKER PARCEIRO CPF/CNPJ: 21.291.463/0001-20 Endereço: RUA MAURICIO, Nº55 - BLOCO2 - BAIRRO CENTRO - CEP:38442-042 Município: UBERLÂNDIA UF: MG E-mail: lucas@sankhya.com.br</p> | | | | |
| <p>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>Descrição: FELIZ NATAL PARA TODOS FELIZ ANO NOVO TAMBEM E BOM CARNAVAL! SE BEBER NAO TESTE NISE LUI NOTA POSSUI RETENÇÃO DE IMPOSTOS. VALOR LIQUIDO (DEDUZINDO AS RETENÇÕES) = R\$ 495,00</p> | | | | |
| <p>Observação sobre a Retenção</p> | | | | |
| <p>Item</p> <p>CONTRATO MANUTENCAO (A)</p> | <p>Qtd</p> <p>1,0000</p> | <p>Unitário R\$</p> <p>495,000</p> | <p>Total R\$</p> <p>495,00</p> | |
| <p>Descrição da Natureza do Serviço</p> | | | | |
| <p>Valor da Nota = Valor Bruto</p> | | | | |
| <p>PIS (0,0000%): R\$ 0,00</p> | <p>COFINS (0,0000%): R\$ 0,00</p> | <p>INSS (0,0000%): R\$ 0,00</p> | <p>IR (0,0000%): R\$ 0,00</p> | <p>CSLL (0,0000%): R\$ 0,00</p> |
| <p>VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 495,00</p> | | | | |
| <p>Valor Total das Deduções: R\$ 0,00</p> | <p>Base de Cálculo: R\$ 495,00</p> | <p>Alíquota: 2,00%</p> | <p>Valor do ISS: R\$ 9,90</p> | <p>ISS</p> |
| <p>Mês de Competência da Nota Fiscal: 04/2010 Recolhimento: SETIDO NA FONTE RPS: 48/NF (23/04/2010) EUAÉ: 620310000</p> | | | | |
| <p>OUTRAS INFORMAÇÕES</p> <p>Local da Prestação do Serviço: UBERLÂNDIA/MG Tributação: TRIBUTÁVEL Descrição da Atividade: DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE CD</p> | | | | |
| <p>Tributação</p> | | | | |

Fonte: SANKHYA, 2023

C) CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico)

O CT-e é um documento fiscal eletrônico de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma prestação de serviços de transportes. A empresa emissora do documento gera um arquivo eletrônico contendo todas as informações fiscais para a prestação de serviço de transporte. Este arquivo é assinado digitalmente para garantir a integridade dos dados que contém e do autor da empresa emissora. O arquivo criado em XML, é transmitido pela internet para a Secretaria da Fazenda do Estado, sub jurisdição da empresa emissora, que pré-avalia o arquivo e o devolve com autorização do uso. seu principal objetivo é documentar qualquer serviço de transporte de carga realizado por um dos seguintes modos de transporte: rodoviário, aéreo, aquático ou duto viário.

Figura 8 - Conhecimento de Transporte Eletrônico

| | | | | | | | |
|--|---------------------------|---------------------------------|---|---|---|----------------------------|---------|
|  EXPRESSO MERCURIO S.A. R ANGELO BOLSON, 394 MEDIANEIRA - 97070000 SANTA MARIA/RS CNPJ/CPF 95591723003053 INSC. ESTADUAL 1090137912 FONE | | | | DACTE Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico | | MIGAL Rodoviário | |
| | | | | MODELO 57 | SERIE 0 | NUMERO 1 | PL 1 |
| CONTROLE DO PISCO | | | | | | | |
|  | | | | | | | |
| Chave de acesso para consulta de autenticidade no site www.cte.fazenda.gov.br 43080333271511000105570010000312781923038100 | | | | | | | |
| TIPO DO CT-E Normal | TIPO DO SERVIÇO Normal | TOMADOR DO SERVIÇO Remetente | FORMA DE PAGAMENTO Pago | Nº. PROTOCOLO 143090000000001 | INSC. SUPRAMA DO DESTINATÁRIO | | |
| CFOP - NATUREZA DE OPERAÇÃO 5353 - SERVIÇO DE TRANSPORTE | | | | | | | |
| ORIGEM DA PRESTAÇÃO SANTA MARIA - RS | | | DESTINO DA PRESTAÇÃO ERECHIM - RS | | | | |
| REMETENTE RODOAUTO COM PNEUS LTDA ALIAS ENDEREÇO R DUQUE DE CAXIAS CENTRO MUNICIPIO SANTA MARIA CEP 97070100 CNPJ/CPF 94477882000124 INSC. ESTADUAL 1090173145 PAIS FONE | | | DESTINATÁRIO DINECAR AUTO E MOTO PECAS LTDA ALIAS ENDEREÇO RUA CESARIO DE MATOS, 74 CENTRO MUNICIPIO ERECHIM CEP 99700000 CNPJ/CPF 94160991000113 INSC. ESTADUAL 0390062065 PAIS FONE | | | | |
| EXPEDIDOR ENDEREÇO MUNICIPIO CEP CNPJ/CPF INSC. ESTADUAL PAIS FONE | | | RECEBEDOR ENDEREÇO MUNICIPIO CEP CNPJ/CPF INSC. ESTADUAL PAIS FONE | | | | |
| TOMADOR ENDEREÇO CNPJ/CPF INSC. ESTADUAL PAIS FONE | | | MUNICIPIO CEP | | | | |
| PRODUTO PREDOMINANTE PNEUS | | | OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA CARGA | | VALOR TOTAL DA MERCADORIA 0 | | |
| QNT. / UN. MEDIDA 31/UN | QNT. / UN. MEDIDA | QNT. / UN. MEDIDA | QNT. / UN. MEDIDA | QNT. / UN. MEDIDA | NOME DA SEGURADORA RESPONSÁVEL NÚMERO DA APÓLICE NÚMERO DA AVERBAÇÃO | | |

Fonte: BRASIL – RS (2009)

D) CF-e (Cupom Fiscal Eletrônico)

Como todos sabemos o Cupom Fiscal Eletrônico é um documento que normaliza uma operação de compra e venda entre a empresa e o consumidor final. O CF-e foi criado com o objetivo de substituir a antiga nota fiscal de venda para os clientes, que serve como garantia de compra. E para facilitar os prestadores de serviço, que possuem grande fluxo de emissão de documentos eletrônicos, (por exemplo, estabelecimentos do comércio varejista, lanchonetes, restaurantes, lojas de roupas entre outras) ou qualquer outra empresa que opta por não utilizar um computador para emitir NFS-e. E com tudo o cupom fiscal deve conter nome do estabelecimento; data e horário da compra; quantidades e descrições das mercadorias; valores e forma de pagamento.

Figura 9 – Cupom Fiscal Eletrônico



| | | | |
|--|------------|-----------------------------|-------|
| MIKHAYEL & MIKHAYEL LTDA | | | |
| RUA 9 Nº2304 QD.H21 LT.19 SETOR MARISTA GOIÂNIA-GOIÁS | | | |
| CNPJ: 37.144.478/001-45 | 06/01/2015 | | |
| IE: 10.457.771-2 | 12:12:39 | | |
| IM: 09541789 | CCF:120289 | | |
| | CDD:124857 | | |
| ----- | | | |
| CUPOM FISCAL | | | |
| ITEM | CÓD. | DESC. | VALOR |
| 001 | 278 | PÃO SÍRIO SAID 375G | 3,97 |
| 002 | 141 | QUIBE CRU 0,223KG X 27,90 | 5,90 |
| 003 | 138 | HOMOS 0,2KG X 28,90 | 5,63 |
| 004 | 124 | ESFIHA ABERTA 0.654 X 27,90 | 18,24 |
| ----- | | | |
| DINHEIRO R\$50,00 | | TOTAL R\$33,74 | |
| TROCO R\$16,26 | | | |
| IMPOSTOS 22,5% R\$7,59 | | | |
| ----- | | | |
| T1 01T 17,00% | | | |
| MD-5:2C0F5A896776754785F6D4F16 | | | |
| OPERADOR: MARIA DA SILVA | | | |
| 5JNHDOSE G456TFDGS UIVHJDYR UIKJDYUA UYUTW66524 | | | |
| BEMATECH MP-400 TH FI ECF-IF | | | |
| VER.01.002 ECF/002 LJ.001 | | | |
| QQQQQQQQOETUTITU 06/01/2015 12:12:28 | | | |
| FAB:BE09912898934810055245 | | | |
| | | | BR |

Fonte: MARCK AI (2015)

E) Nota Fiscal de Remessa

Como sabemos a Nota Fiscal de Remessa ou transporte é um documento emitido para qualquer movimentação de mercadoria sem finalidade de venda, que garante a ausência de tributos. Existem vários cenários que permitem que um produto circule por todo o país e muitos deles não podem ser tributados, majoritariamente aqueles em que uma venda não é realizada. Por exemplo, quando uma empresa envia mercadoria para a loja onde será vendida. É nesta situação que o conhecimento de embarque deve ser estabelecido e mantido pela transportador.

Figura 10 – Nota Fiscal de Remessa

|  | | ID SAFETY DO BRASIL LTDA Rua Anuar Dequech, 555, Galpão 06, Iporanga 18.087-157 - Sorocaba - SP Fone (11) 3042-4969 www.idsafety.com.br - Financieiro@idsafety.com.br | | DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0-Entrada <input type="checkbox"/> 1 1-Saída <input checked="" type="checkbox"/> 1 Nº 171503 SERIE: 1 Página: 1 de 1 | | Controle do Fisco  Chave de acesso 3524 0904 4260 5800 0152 5500 1000 1715 0319 8483 3760 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora | | | | | | | |
|---|------------------------------|--|--------|---|-------|---|----------|-------------|---------|----------|---------|---------|------|
| Natureza da operação Remessa em Bonificacao industrializado | | | | Protocolo de autorização de uso 135242014151224 10/09/2024 14:54:42 | | | | | | | | | |
| Inscrição Estadual 689471258117 | | Inscr.est. do subst.trib. | | CNPJ 04.426.058/0001-52 | | | | | | | | | |
| Destinatário/Remetente | | | | Data emissão 10/09/2024 | | | | | | | | | |
| Nome / Razão Social ID SAFETY DO BRASIL LTDA | | CNPJ/CPF [REDACTED] | | Inscrição Estadual [REDACTED] | | | | | | | | | |
| Endereço [REDACTED] | | Bairro DISTRITO INDUSTRIAL | | CEP 38.910-000 | | | | | | | | | |
| Município Iguatama | | UF MG | | Fone/Fax (37) [REDACTED] | | | | | | | | | |
| Data saída 10/09/2024 | | Hora saída 14:54:41 | | | | | | | | | | | |
| Faturas | | | | | | | | | | | | | |
| Número | Vencimento | Valor | Número | Vencimento | Valor | Número | | | | | | | |
| Cálculo do imposto | | | | | | | | | | | | | |
| Base de cálculo do ICMS 5,16 | | Valor do ICMS 0,62 | | Base de cálculo do ICMS Subst. 0,00 | | Valor do ICMS Subst. 0,00 | | | | | | | |
| Valor do FCP ST 0,00 | | Valor total dos produtos 5,00 | | Valor do frete 0,00 | | Valor do seguro 0,00 | | | | | | | |
| Desconto 0,00 | | Outras despesas acessórias 0,00 | | Valor do IPI 0,16 | | Valor total da nota 5,16 | | | | | | | |
| Transportador/Volumes transportados | | | | | | | | | | | | | |
| Nome CORREIOS | | Frete por conta 0 - Contatação do Frete por conta do Remetente (CIF) | | Código ANTT | | Placa do veículo | | | | | | | |
| Endereço [REDACTED] | | Município [REDACTED] | | UF [REDACTED] | | Inscrição Estadual [REDACTED] | | | | | | | |
| Quantidade 1 | | Espécie [REDACTED] | | Marca [REDACTED] | | Numeração [REDACTED] | | | | | | | |
| Peso bruto 0,000 | | Peso líquido 0,000 | | | | | | | | | | | |
| Itens da nota fiscal | | | | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição do produto/serviço | NCM/SH | CST | CFOP | UN | Qtde | Preço un | Preço total | BC ICMS | Vlr.ICMS | Vlr.IPI | %ICMS | %IPI |
| 95 | EPI ID 105 52 PRETO | 90049020 | 000 | 6.910 | Un | 1,00 | 5,0000 | 5,00 | 5,16 | 0,62 | 0,16 | 12,0000 | 3,25 |

Fonte: Autor

F) Nota Fiscal de Exportação

A nota fiscal de exportação é um documento que certifica na SEFAZ a liberação da mercadoria para exportação, para registro dos dados fiscais e contábeis da empresa. Antes de começar a preencher os campos da nota fiscal de exportação, é necessário cadastrar a nota fiscal, que é um documento semelhante a uma nota fiscal, utilizado para cobrar os valores das transações comerciais realizadas entre empresas no Brasil e seus clientes que encontraram no outros. países que contém informações sobre a moeda atual, produtos, quantidade e valor. Este documento autentica o produto perante o cliente estrangeiro, autorizando o registro no país de origem. Ou seja, a nota fiscal de exportação é um documento para o território nacional, que declara a transferência da mercadoria para o governo do Brasil.

Figura 11 – Nota Fiscal de Exportação

| NÚMERO | | VENCIMENTO | | VALOR | | NÚMERO | | VENCIMENTO | | VALOR | | NÚMERO | | VENCIMENTO | | VALOR | | | | | | | |
|---------------------------------------|---|--------------------|-------|--------------------------------------|----|----------------------------|--------|--------------|---------|--------------------------|-----------|--------------------|-------|-----------------|------|--------------------|--|----------------------------|--|--------------------|--|---------------------|--|
| CÁLCULO DO IMPOSTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BASE DE CÁLCULO DO ICMS | | VALOR DO ICMS | | BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO | | VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO | | VALOR DO FCP | | VALOR TOTAL DOS PRODUTOS | | VALOR DO FRETE | | VALOR DO SEGURO | | DESCONTO | | OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS | | VALOR DO IPI | | VALOR TOTAL DA NOTA | |
| 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | 151.856,25 | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | 151.856,25 | |
| TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL | | | | FRETE POR CONTA | | | | CÓDIGO ANT | | | | PLACA DO VEICULO | | | | UF | | | | CNPJ/CPF | | | |
| PARANALOG TRANSPORTES LTDA | | | | 1 - Destinatário | | | | | | | | | | | | PR | | | | 11.489.729/0001-90 | | | |
| ENDEREÇO | | | | MUNICÍPIO | | | | UF | | | | INSCRIÇÃO ESTADUAL | | | | CNPJ | | | | | | | |
| RUA LEOPOLDO CALEGARIO 600 | | | | POZ DO IGUAÇU | | | | PR | | | | 9050812925 | | | | 35.820.448/0134-67 | | | | | | | |
| QUANTIDADE | | ESPÉCIE | | MARCA | | NUMERAÇÃO | | PESO BRUTO | | PESO LÍQUIDO | | VALOR | | VALOR | | VALOR | | VALOR | | VALOR | | VALOR | |
| 23,000 | | Pallets de Madeira | | | | | | 27.144,000 | | 25.250,000 | | | | | | | | | | | | | |
| DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CÓD. PROD. | DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS | NCM/SII | C.S.T | CFOP | UN | QTD | V.UNIT | V.TOTAL | BC/ICMS | BC/ICMS/ST | V.ICMS/ST | V.ICMS | V.IPI | ALÍQUOTAS | ICMS | IPI | | | | | | | |
| 4000524 | Carbureto de Cálcio 5000-Ibrica 25 kg UN 1402 SUB CLASSI: 4.3 II | 28491000 | 041 | 7101 | KG | 1.250,000 | 6,2197 | 7.774,70 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | |
| 4000029 | Carbureto de Cálcio 5000-Tambor 50 kg UN 1402 SUB CLASSI: 4.3 II | 28491000 | 041 | 7101 | KG | 11.000,000 | 6,2197 | 68.417,34 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | |
| 4000028 | Carbureto de Cálcio 5000-Ibrica 50 kg UN 1402 SUB CLASSI: 4.3 II | 28491000 | 041 | 7101 | KG | 13.000,000 | 5,8203 | 75.664,21 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | |

Fonte: Autor

4 METODOLOGIA

O presente trabalho busca os conceitos relacionados as normas e procedimentos legais adotados a implantação da NF-e o sistema SPED. Por ser um assunto um pouco mais recente, nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, incluindo revisão bibliográfica. Como fontes de pesquisa, a fim de colher o referencial teórico, foram utilizados livros, artigos, sites oficiais, como *Scielo*, Google Acadêmico, SEFAZ, Recita Federal do Brasil, sites relacionados ao tema.

Segundo Beuren (2004) a metodologia da pesquisa, o estudante deve explicar sobre o tipo de plano utilizado na pesquisa. Melhor dizendo, deve esclarecer quais os métodos utilizados para a abordagem do tema.

Para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Assim, este estudo foi conduzido utilizando o método de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, visando uma melhor compreensão e contextualização da implantação e uso da NF-e.

Michel (2009, p.87) define metodologia como:

“Os passos que deverão ser seguidos para que a solução/implantação seja efetivada. Neste momento, os objetivos são transformados em metas, quando são definidos: etapas, responsáveis, participantes, passos, ações específicas, definidos padrões verificadores de atingimento e de qualidade da ação, assim como devem ser definidos e incluídos parâmetros necessários e verificáveis de execução, controle e avaliação”.

Minayo (2007), define metodologia de forma geral sobre o caminho do pensamento, que o tema ou o intuito de investigação requer; ou como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às pesquisas da investigação; e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta específica.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar de maneira clara e aprofundada os principais resultados, sob a perspectiva do fisco e da implementação do projeto NF-e, sistema que está sendo gradativamente obrigatório entre as empresas. Além da implementação da NF-e, o estudo constatou os benefícios para todas as partes envolvidas no projeto.

Outro ponto positivo é que os benefícios da utilização da NF-e estão claramente descritos no trabalho, que permite identificar a melhoria que atinge as empresas, o governo e a sociedade e justificar o esforço necessário, por parte dos contribuintes, para que a sua implementação ocorra com eficiência.

O estudo também visa destacar as principais diferenças entre a emissão efetiva das notas fiscais e a emissão de NF-e. Esta comparação é fundamental para compreender as principais mudanças e melhorias que este novo processo traz. Tornou-se possível, através da descrição das principais diferenças, identificar os motivos da implementação de todo o projeto SPED, que inclui o ECD, a EFD, NF-e.

Conforme comentado o SPED é instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 6.022/07 tem como objetivo realizar um estudo para a transmissão de dados fiscais e contábeis através do formato digital, utilizando para isso, os arquivos digitais das obrigações acessórias.

Assim, espera-se que esta nova forma de transmissão de dados possibilite maior facilidade de acesso às informações contábeis por parte das autoridades fiscais brasileiras. Diante disso, é de grande importância que os profissionais de Administração tenham conhecimento sobre o SPED, para que seu trabalho seja realizado de maneira mais prática e eficiente.

Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e da análise das informações, foi possível concluir que a adoção deste projeto representa uma mudança cultural que deverá basear-se na ajuda de novos sistemas e conhecimentos, o que torna essencial a formação contínua de acordo com os avanços tecnológicos, uma vez que a fatura digital proporciona grandes oportunidades para melhorar a eficiência das empresas.

REFERÊNCIAS

- ADRINER, J. F. "**Como Surgiu a Nota Fiscal Eletrônica**. [S. l]: Nota fiscal Cnt Br, 2020. Disponível em: <https://notafiscal.cnt.br/como-surgiu-a-nota-fiscal-eletronica>.
- AL Marck. *Melhor pelo design: cupom fiscal*. Neural Brand. Disponível em: <https://neuralbrand.medium.com/melhor-pelo-design-cupom-fiscal-b36c8ec14d5a> acessado em: 31 nov. 2024.
- AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.
- BARBARIOLE, Luciana Fontes et al. O impacto da implantação da nota fiscal eletrônica na gestão das empresas atacadistas no estado do Espírito Santo. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2010. Acesso, 22/03/2023 https://www.fazenda.sp.gov.br/nfe/perguntas_frequentes/respostas_V.asp
- BONFIM, Douglas Paveck et al. Nota fiscal eletrônica: uma mudança de paradigma sob a perspectiva do fisco estadual. **ConTexto-Contabilidade em Texto**, v. 12, n. 21, p. 17-28, 2012.
- BORBA Leandro. PETRINI Maira. WIEDENHOFT Guilherme. *Adoção da nota fiscal eletrônica: quais os benefícios sob as lentes das organizações*. PUCRS. Recuperado de https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10142/2/ADOCAO_DA_NOTA_FISCAL_ELETRONICA_QUAIS_OS_BENEFICIOS_SOB_AS_LENTES_DAS_ORGANIZACOES.pdf
- BRANCO, Leonardo O. de Araújo. Nota Fiscal Eletrônica e SPED: aspectos práticos e implicações tributárias. Atuação de naturezas consultiva, contábil-preventiva e judicante-contenciosa. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1681, 7 fev. 2008 . Disponível em: . Acesso em: 24/10/ 2024.
- BRASIL-RS. SEFAZ RS. Secretaria da Fazenda. 2009. Disponível em <<http://www.sefaz.rs.gov.br/CTE/CTE-Implantacao.aspx>>. Acesso em 03/10/2024.
- CARINA. Luciana Vargas. *Impacto da LGPD em documentos fiscais para software houses*. NDD Tech. Disponível em: <https://ndd.tech/blog/software-houses/impacto-lgpd-documentos-fiscais/> acessado em: 31 nov. 2024.
- COSTA, Alberto José Duarte da; et al. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): a nova tecnologia de informação da área contábil e fiscal. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**, Vol. 6, Nº 6 (2010). Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/2516>.
- DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal – III: O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. Editora cafélaranja comunicação, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2009.

Receita Federal do Brasil. Escrituração Fiscal Digital (EFD) – Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 2012. Receita Federal. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964> acessado em: 31 de nov. 2024

ILARINO, Samira; SOUZA, Marta Alves de. SPED (Sistema Público de Escrituração Digital): impactos da sua implantação na empresa XX. **E-civitas** Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte, vol. III, n. 1, jul-2010. Disponível em: www.unibh.br/revistas/ecivitas/. Acesso em: 31 nov. 2024.

LAKATOS, Eva. M.; MARCONI, Marina de A. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1985.

LOPES, Charlene de Matos; MACEDO, Fátima Izabel Simonassi de; SANTOS, Marilza Brumatti dos. **Programa de cruzamento de dados SPED** – Sistema público de escrituração digital. Nova Venécia: UNIVEN / Faculdade Capixaba de Nova Venécia, 2009.

MACIEL, Ilane Gomes. **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED):** um estudo sob sobre o impacto causado pelo SPED ao profissional contábil na cidade de Juazeiro-BA. Petrolina: FACAPE, 2009. 84 p. **Monografia** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação) – Bacharelado em Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE), Petrolina, 2009. Disponível em: http://api.ning.com/files/Z-oUjmZJ3SAP8xfJLgG3uOGAEmITwgW50GenqIM6kHQoVzUAuKFp0wk9nAngDy25m1-4Wmвли3R3csbEzTqLBgRZ3jsWumQ3/MONOGRRAFIA_SPED.pdf . Acesso em: 31 nov. 2024.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação Aplicada.** 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARRIEL, Cristiano Souza; et al. **SPED.** Sistema Público de Escrituração Digital. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2008. Disponível em: http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/cristiano2.pdf Acesso em: 31 nov. 2024.

MELLO, Newton Oller de. **Os documentos fiscais eletrônicos no Brasil e na América Latina e seus impactos na automação de processos e no intercâmbio eletrônico de informações na cadeia logística.** São Paulo, 2014.

MINAYO, M. C. A Pesquisa Científica. [S.l.;S. n], 2007. Disponível em: http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalago/09520520042012Praticad_e_Pesquisa_I_Aula_2.pdf. Acesso em: 06 abr. 2024.

MOTA, Irenilce Farias; CIRINO, Elizângela da Silva. **A era do conhecimento e a adoção do SPED** - Sistema Público de Escrituração Digital - como impacto na contabilidade. 2011. Disponível em: http://www.fate.edu.br/revistacontabeis/images/stories/documentos/A_Era_do_Conhecimento_e_a_Adoo_Do_Sped_-_Sistema_Pblico_de_Escriturao_Digital_-_Como_Impacto_na_Contabilidade.pdf. Acesso em: 31 nov. 2024.

OLIVEIRA, ANA. A importância da nota fiscal eletrônica. 2019.

OLIVEIRA, Fabio Rodrigues de; TONELLI, Márcio Felicori Tonelli; CLETO, Nivaldo. **Manual de Autenticação dos Livros Digitais - SPED Contábil - Escrituração Contábil Digital - ECD**: Atualizado até 02 de maio de 2010 / Fabio Rodrigues de Oliveira, Ed. - São Paulo: FISCOsoft, 2011.

OLIVEIRA, Maria Osana Floriano de. Documentos eletrônicos na contabilidade: nota fiscal eletrônica - NF-e. **Monografia**. 2007. Faculdade José Lacerda Filho de Ciências Aplicadas – FAJOLCA, Ipojuca / Pernambuco. Disponível em: http://www.fajolca.edu.br/pdf/Contabeis/Monografias/05_contabeis_Maria%20Osana_2007.2.pdf. Acesso em: 31 nov. 2024.

POLLI, Iracema Ribeiro Roza; POLLI, Vanilton; CASNOK, Juarez. A formação acadêmica na área contábil e sua contribuição para a atuação profissional um estudo de duas IES. Cefet-PR. 2004. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/art_cie/art_02.pdf. Acesso em: 31 nov. 2024.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. SPED – Escrituração Fiscal Digital. 2012. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped-fiscal/o-que-e.htm>. Acesso em: 31 nov. 2024.

REDAÇÃO TECNOSPEED: <https://blog.tecnospeed.com.br/nota-fiscal-eletronica-nf-e-tudo-que-voce-precisa-saber/>. Acesso em: 31 nov. 2024.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.

SANKHYA: Configurações gerais para NFS-e. Sankhya. Disponível em: <https://ajuda.sankhya.com.br/hc/pt-br/articles/360047599473-configura%C3%A7%C3%B5es-gerais-para-NFS-e> acessado em: 21 de nov. 2024

SASSO, Alexandra; ROSA, Ivana Carla da; BARBOSA, Alberto. O SPED e seus reflexos na profissão contábil. **VI EPCT**. Encontro de Produção Científica e Tecnológica. 24 a 28 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/03_Soc_Aplic_Completo.pdf. Acesso em: 31 nov. 2024.

Secretaria da Fazenda do Paraná. *Escrituração Fiscal Digital (EFD)*. Disponível em: <https://sped.fazenda.pr.gov.br/EFD/Pagina/Escuracao-Fiscal-Digital-EFD> acessado em: 31 nov. 2024.

SEFAZ. Perguntas e respostas frequentes. Escrituração Fiscal Digital. 2011. Disponível em: <http://www.efd.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=97503>.

SOUZA, Josiane Aparecida de; SIQUEIRA, Júlio César; TAKIUCHI, Mitsuru. A contabilidade gerencial como fator determinante à sobrevivência das micro e pequenas empresas. **Revista Eletrônica Conexão**. FAISA/FACILUZ, v.2, n. 2 Jan/jun. 2011. Disponível em:

<http://www.conexaofaisafaciluz.com/revista/edicao2/Microsoft%20Word%20%20CONEX+âO%20FAISA%20FACILUZ%20V.2%20N.2%202011%20%20CONTABILIDADE%20GERENCIAL.pdf>. Acesso em: 31 nov. 2024.

WESSLING, GRASIELE. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e seus impactos na gestão das informações contábeis e gerenciais. **Monografia**. 2010. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <http://www.pb.utfpr.edu.br/bibliotecadigital/index.php/ecap/article/viewArticle/1169>. Acesso em: 31 nov. 2024.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED**. Sistema Público de Escrituração Digital. Curitiba: Juruá, 2009

